



Estado da Paraíba
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

DIÁRIO OFICIAL

Ano XXIV

Edição - 292

Lei Municipal nº 111/2005

SERTÃOZINHO - PB, 28 de junho de 2022

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Lei nº 417/2022

Sertãozinho-PB, 28 de junho de 2022.

DISPÕE SOBRE O REPARCELAMENTO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO COM INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SERTÃOZINHO, DE QUE TRATA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 113, DE 2021.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO, ESTADO DA PARAIBA, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam autorizados o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Sertãozinho com seu Regime Próprio de Previdência Social, gerido pelo Instituto de Previdência do Município de Sertãozinho - PB, em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto nos artigos 5º-B e 5º-C da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, que tratam do parcelamento especial autorizado no art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º Os parcelamentos/reparcelamentos de que trata o **caput** incluem contribuições patronais devidas pelo Município ao RPPS, contribuições não repassadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias com vencimento até 31 de outubro de 2021.

§ 2º Os parcelamentos/reparcelamentos de que trata o **caput** deverão ser firmados até 30 de junho de 2022 e estão condicionados à comprovação, junto à Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, até referida data, nos termos dos artigos 5º-B e 5º-C da Portaria MPS nº 402, de 2008, das adequações das normas previdenciárias dos servidores deste Município à Emenda Constitucional

nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme disposto nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT.

Art. 2º Para apuração do montante devido a ser parcelado, os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 0,01% (zero vírgula zero dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no **caput** aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento¹.

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 0,01% (zero vírgula zero dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º O pagamento das prestações dos parcelamentos/reparcelamentos previstos nesta Lei será descontado do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, cabendo ao Município o pagamento integral e na data de vencimento de cada parcela, inclusive dos acréscimos legais previstos, caso o desconto determinado neste artigo não seja suficiente para fins de pagamento das prestações acordadas.

Parágrafo único. O desconto do FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, concedida no ato de formalização dos termos, e vigorará até a quitação dos termos.

Art. 6º O vencimento da primeira prestação dos parcelamentos/reparcelamentos de que trata esta Lei será no último dia útil do mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento e as demais, até o dia 10 dos meses subsequentes.

Art. 7º O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SERTÃOZINHO - IPMS deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta lei, em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º.



Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO-PB, EM 28 DE JUNHO DE 2022.**



JOSE DE SOUSA MACHADO
Prefeito Constitucional

REPUBLICANISMO E
PARCELAMENTO DE TERRENO DO MUNICÍPIO
COM SISTEMA DE PRESIDÊNCIA DE
SERTÃOZINHO, LEI Nº 113 DE 2022
CONSTITUCIONAL Nº 113 DE 2022

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO,
ESTADO DA PARAIBA, no uso que o Poder Legislativo lhe confere e é autorizado a

Art. 1º Fica submetido o parcelamento e o repartimento dos
terrenos do Município de Sertãozinho com o Plano de Parcelamento
e o Plano de Repartimento do Município de Sertãozinho - PB, em 2022,
de acordo com as condições e regras, que a presente lei estabelece, de
acordo com o art. 173 do Estatuto Municipal nº 422 de 10 de dezembro de 2016, que
incorpora o Plano de Parcelamento aprovado no nº 113 da Mesa dos Desembargadores
Constitucionais (ADC 11).

Art. 2º O parcelamento/repartimento dos terrenos do Município de Sertãozinho
de acordo com o Plano de Parcelamento e o Plano de Repartimento do Município de Sertãozinho
de 2022, aprovado pelo Conselho Municipal nº 113 de 2022, com todos os requisitos
de acordo com as condições e regras, que a presente lei estabelece, de acordo com o art. 173
do Estatuto Municipal nº 422 de 10 de dezembro de 2016, que incorpora o Plano de Parcelamento
aprovado no nº 113 da Mesa dos Desembargadores Constitucionais (ADC 11).

Art. 3º O parcelamento e repartimento dos terrenos do Município de Sertãozinho
de acordo com o Plano de Parcelamento e o Plano de Repartimento do Município de Sertãozinho
de 2022, aprovado pelo Conselho Municipal nº 113 de 2022, com todos os requisitos
de acordo com as condições e regras, que a presente lei estabelece, de acordo com o art. 173
do Estatuto Municipal nº 422 de 10 de dezembro de 2016, que incorpora o Plano de Parcelamento
aprovado no nº 113 da Mesa dos Desembargadores Constitucionais (ADC 11).